

# Revisão dos indicadores econômicos

GAZETA MERCANTIL

*Economia - Brasília*

-5 JAN 1988

8861 NVR 5-^

por Jurema Baesse  
de Brasília

A condução da economia, pelo menos durante o primeiro semestre, deve ser cautelosa, com controle de gastos públicos e austeridade monetária, de modo que só no segundo semestre o governo possa "soltar" um pouco os controles e permitir que a economia volte a crescer.

Do lado da inflação, segundo qualificada fonte do Ministério da Fazenda, a avaliação é "de que tem espaço para ceder" e poderá estabilizar-se no patamar de 14% ao mês no primeiro semestre.

Para os primeiros meses deste ano, as expectativas não são muito positivas em termos de nível de atividades. A tendência é que o desemprego se agrave com o esperado maior desaquecimento da demanda, o que fará com que as reivindicações salariais sejam mais moderadas. Esse quadro só começará a se reverter no segundo semestre, quando no cenário político as defi-

nições já devem estar mais claras.

Segundo esse assessor do Ministério da Fazenda, qualquer previsão para 1988 deve levar em consideração o componente político, que será preponderante neste ano. Um ano com eleições tende a ser um ano com uma forte pressão de gastos, cujo aumento deve ser evitado.

Apesar de o déficit público de 1987 ter fechado bem acima das previsões iniciais, esse assessor do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira entende que o novo ministro da Fazenda encontrará a economia do País bem melhor do que quando a atual equipe assumiu o Ministério. A previsão inicial para o déficit era de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) quando Bresser Pereira assumiu em abril, segundo sua equipe. Com o Plano Bresser, em junho, a meta para 1987 foi fixada em 3,5% do PIB, mas já em outubro essa previsão foi revista para 4,9%. Agora, as últimas estimativas, que ainda não configuram um dado final, indicam que o déficit público ficou entre 5,2 e 5,3% no ano passado. Esse dado está sendo revisto, assim como outros indicadores econômicos, para o segundo relatório do Plano de Controle Macroeconômico, que deverá ser concluído nos próximos dias.

Um importante plano do ex-ministro para controlar o déficit em 1988 dificilmente será levado adiante por seu sucessor. Bresser Pereira argumentava que o ministro da Fazenda não tem condições de controlar os gastos se não tem em suas mãos o instrumento mais importante de controle que é o orçamento, cuja confecção fica a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), subordinada à Secretaria do Pla-

nejamento. A intenção do ex-ministro era tentar a transferência da SOF para a Fazenda.

A inflação, que em abril do ano passado superava 20%, está em 14% e tende a estabilizar-se, afirmou esse assessor. Segundo ele, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) nunca esteve com uma lista de produtos tão pequena sob controle e, ao contrário de anos anteriores, nenhum empresário bateu às portas do governo, no final do ano, pedindo reajuste de preços. Os preços relativos estão bem mais equilibrados do que no início do ano passado e o empresariado está sentindo que tem de reduzir muitos dos seus preços. Esse processo já se iniciou, segundo essa fonte. Não há nenhum risco de que a demanda possa explodir. Ao contrário, a tendência é de desaquecimento, assinalou. O mesmo ocorre com os salários, que deverão continuar sendo regidos pela variação da Unidade de Referência de Preços (URP) e pelas negociações livres de salário.

Apesar do temor do governo, os salários não pressionaram a inflação. Com a inflação estável, mesmo que seja num patamar elevado, a URP permanece como um instrumento "perfeito" de correção de salários. O que não ocorreria se a inflação estivesse ascendente.

O diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Walter Sacca, disse ontem que o nível de atividade das indústrias paulistas deve cair 3% no primeiro trimestre deste ano e o nível de emprego 1% até março. Segundo ele, isso significa a demissão de cerca de 25 mil operários.

(Ver página 3)